

Carta de Propostas às Chefas e aos Chefes de Estado para a promoção da Inovação Cidadã

XXIII Cimeira Ibero-Americana

Panamá, 16 de outubro de 2013

- 1 Reunida na Cidade do Panamá, no dia 16 de outubro, a equipe de trabalho de Inovação Cidadã na Ibero-América, coordenada pelo projeto Cidadania 2.0 da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e integrada por representantes de governos, empresas, organizações sociais e organismos internacionais, submete esta carta de propostas às e aos Chefes de Estado no quadro da XXIII Cimeira Ibero-Americana, com o objetivo de promover a inovação cidadã na região.
- 2 Entendemos a *inovação cidadã* como a *participação ativa dos cidadãos em iniciativas inovadoras que procuram transformar a realidade social, a fim de alcançar uma maior inclusão social*. Atualmente, é habitual que estas iniciativas sejam apoiadas pelas tecnologias digitais, o que permite a muitos coletivos ter mais capacidade de auto-organização mediante práticas de colaboração, trabalho em rede, e transferência de conhecimento, ao mesmo tempo que facilitam um melhor aproveitamento da inteligência coletiva a nível tanto local como global.
- 3 O novo cidadão que emerge é um cidadão proativo, que articula os seus interesses em rede e tem uma participação alargada à margem dos canais habituais. Os novos cidadãos são agentes de mudança, capazes de observar e identificar oportunidades nos problemas da sua comunidade, criando iniciativas ou projetos que possam ser motores de transformação social através da comunicação e da participação ativa da comunidade.
- 4 As vantagens que a inovação cidadã (IC) está a provocar no desenvolvimento dos nossos países começam a ser objeto de atenção e valorização de alguns governos e organismos internacionais. No entanto, dado o grande aumento de iniciativas cidadãs inovadoras na Ibero-América, estas tentativas requerem uma maior sistematização que nos permita conhecer, evidenciar e impulsionar o que os cidadãos coletivamente estão a produzir. Por isso, consideramos necessário, como primeiro passo, a criação de bases de informação colaborativas que nos permitam fazer o mapeamento das iniciativas de IC e das suas características, para depois sistematizar essas experiências e fazer uma monitorização do seu impacto, alcance, e contribuição para a comunidade.
- 5 Isto permitirá, não apenas identificar iniciativas, mas também produzir sinergias, fusões e criar novas comunidades de práticas por meio de plataformas com ferramentas que ajudarão a integrar novos agentes de mudança e, portanto, potenciar o seu impacto positivo nos setores económico, social e cultural dos nossos países.
- 6 Neste sentido, os governos têm um papel importante de colaboração no fomento da IC. A melhor realização da inovação dos cidadãos, pode dar-se num contexto de verdadeiro e comprometido exercício de governo aberto, através de políticas reais que promovam e facilitem o direito de acesso à informação, à transparência, à participação e à prestação de contas por parte das administrações públicas.
- 7 Embora seja verdade que para impulsionar a IC a ligação governo-cidadão resulta mais efetiva por meio das instituições locais (autarquias, municípios, etc.), entendemos que para uma melhor

potenciação da mesma, a sua abordagem por parte dos governos também se deve estender de forma transversal às instâncias regionais, nacionais e transnacionais.

- 8 Para o desenvolvimento de uma agenda futura, consideramos importante que cada governo possa criar e fomentar espaços de impulso de Inovação Cidadã e que entre as suas funções, possam estar as de difusão, promoção e apoio a iniciativas, tais como: a criação de um fundo para o fomento da IC, ou a facilitação de espaços de trabalho colaborativo para a implantação da capacidade inovadora e a interação da cidadania (incubadoras, aceleradoras, laboratórios cidadãos, *hubs*, espaços de trabalho colaborativo, etc.). Os meios digitais permitirão pôr em evidência estas experiências, criando boas práticas e redes de intercâmbio entre elas.
- 9 Dado que a inovação cidadã é um processo de criação de baixo para cima (*bottom-up*), ou seja, surge a partir da base cidadã de forma bastante autónoma relativamente às instituições governamentais, é importante que o papel dos governos seja o de se acrescentarem ao processo das comunidades de práticas, dos instrumentos ou de outras plataformas que estejam a criar IC, a fim de colaborar e de as impulsionarem, procurando não se apropriarem ou liderarem estes processos que pela sua natureza são participativos e horizontais. Quer dizer, na IC o papel do governo pode ser o de acelerador e facilitador de um ecossistema propício para que a iniciativa privada, a academia e a sociedade em geral desenvolvam, partilhem e promovam a investigação e a inovação.
- 10 Igualmente, é necessário que os governos criem um ambiente favorável para a IC, com políticas que eliminem as barreiras às iniciativas inovadoras, explorando estruturas fiscais que facilitem novos modelos de negócio e/ou atribuindo uma percentagem do orçamento governamental à IC. No caso daqueles Estados que já contam com uma agenda ou estratégia digital definida e pública, poderiam incorporar um objetivo que apontasse para a promoção da IC.
- 11 É também importante o papel que as empresas públicas e privadas, quer grandes quer pequenas e médias empresas (PME), possam desempenhar em colaboração com os cidadãos e governos para a promoção da IC. Inicialmente, as empresas desempenhavam a sua função social mediante a filantropia, o que, com o tempo, deu lugar à responsabilidade social empresarial (RSE) em projetos com a comunidade. Atualmente, as empresas avançaram para uma etapa de sustentabilidade corporativa, baseada nos valores partilhados (*shared value*), na qual podem contribuir para uma posição de reciprocidade para com a comunidade em iniciativas, tais como: a criação e apoio de espaços para a IC (laboratórios cidadãos, *hubs*, incubadoras sociais, etc.), ou a reprodução de boas práticas e projetos que tenham já demonstrado a sua eficácia noutros lugares, valorizando a sua viabilidade no novo contexto. As empresas não só perceberam a importância de integrar as iniciativas cidadãs nos seus esquemas empresariais, mas também já existem exemplos de como o trabalho destas se enriquece com as contribuições sociais.
- 12 Tanto os governos, como as empresas e organizações da sociedade civil em geral, têm nas tecnologias digitais um meio de implementação e impulso das IC. Os meios digitais são um canal, uma ferramenta, através da qual as vozes, as ideias, e as iniciativas dos cidadãos se articulam.
- 13 As tecnologias digitais possibilitam uma maior e mais diversa interação entre cidadãos e nível local e global, assim como entre cidadãos, governos e instituições. Podem permitir a deliberação participativa, assim como facilitar a construção colaborativa de soluções. Quer dizer, as tecnologias digitais são um meio que pode melhorar o exercício da nossa cidadania.
- 14 Pelo que, consideramos deverem os governos dar prioridade às ações que garantam o acesso às tecnologias digitais e à redução do fosso digital, o que contribui para o desenvolvimento económico, social e cultural dos nossos países. Para isso, podem: continuar a investir em infraestruturas de

comunicação e de acesso à internet, incorporar as tecnologias nos processos do Estado (governo eletrônico), criar quadros jurídicos que garantam o efetivo exercício dos direitos civis em ambientes digitais, fomentar a participação digital dos cidadãos, garantir a coerência e prontidão das respostas aos pedidos ou consultas dos cidadãos, e impulsionar tecnologias digitais facilmente “apropriáveis” pela cidadania no seu conjunto, colocando especial ênfase em que essas vantagens sejam também adquiridas pelos segmentos mais desfavorecidos da sociedade.

- 15 Um dos maiores efeitos das tecnologias digitais é o da internacionalização do exercício da cidadania, o que implica a construção de um renovado Espaço Comum Ibero-Americano. A partir deste novo espaço, a Ibero-América tem a possibilidade de criar um grande pacto comum para a promoção das IC, e de assim se transformar na região que melhor uso faz da criação de valor dos seus cidadãos.
- 16 Esta Equipa de Trabalho solicita às Chefas e aos Chefes de Estado presentes nesta XXIII Cimeira Ibero-Americana que apoiem a articulação de uma Rede Ibero-Americana de Inovação Cidadã que tenha por objetivo principal produzir, num prazo de cinco anos, uma agenda de propostas para o impulso da Inovação Cidadã na região, que permita projetar uma Ibero-América futura cujo desenvolvimento e inclusão social se alcancem no trabalho conjunto dos Estados, empresas, organizações, e uma cidadania criadora de valor.

Equipe de Inovação Cidadã

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID
Autoridade Nacional para a Inovação Governamental (Panamá)
Avina (América latina)
Banco de Desarrollo de América Latina - CAF
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
Casa da Cultura Digital (Brasil)
Comitê para a Democratização da Informática – CDI (Brasil)
Centro de Inovación Social, ANSPE (Colômbia)
Cidadania 2.0, Secretaria-Geral Ibero-Americana
ConectaKultura (México)
Cultura Senda (Argentina-Venezuela)
Digitel (Venezuela)
Direção Geral da Economia Criativa, Governo de Bs.As. (Argentina)
Fora do Eixo (Brasil)
Fundação Democracia e Desenvolvimento (Chile)
Fundação ProBono (Chile)
Futura Media (Brasil)
Gabinete Digital, Governo do Rio Grande do Sul (Brasil)
Unidade de Modernização e Governo Digital, Ministério Secretaria Geral da Presidência (Chile)
Google

Goteo (Espanha)
HSBC (América Latina)
Instituto Grande Florianópolis (Brasil)
Irekia, Governo do País Basco (Espanha)
La Tabacalera (Espanha)
Medellín Digital, Câmara Municipal de Medellín (Colômbia)
Medialab Prado, Câmara Municipal de Madrid (Espanha)
Microsoft
Odebrecht (Brasil)
Paisaje Transversal (Espanha)
Pataleta (Colômbia)
Participação Cidadã, Ministério da Presidência (Panamá)
Secretaria da Cultura, Prefeitura de São Paulo (Brasil)
Social Lab (América Latina)
Somos Más (Colômbia)
Techo (Chile)
TejeRedes (Colômbia-Espanha)
Telefónica (Espanha)
Telmex (México)
Unidos em Rede (América Latina)
Venezuela sem Limites (Venezuela)
Viveiro de Iniciativas Cidadãs (Espanha)
Wikimedia (México)